

RECURSO ESPECIAL Nº 1.863.345 - RO (2020/0044196-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : AUTOVEMA VEÍCULOS LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ CRISTIANO PINHEIRO - RO001529
VALÉRIA MARIA VIEIRA PINHEIRO - RO001528
RECORRIDO : SIDNEY MIGUEL LIMA
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO - RO000535A
MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO001073
INTERES. : BANCO ITAU VEICULOS S.A.
ADVOGADO : WILSON SALES BELCHIOR - RO006484

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 485, e-STJ):

Apelação cível. Inexigibilidade de débito. Inscrição indevida. Dano moral configurado.

Quantum indenizatório. Manutenção. Honorários advocatícios. Manutenção. Recurso desprovido.

Comprovada a ausência de débito apto a legitimar o apontamento do nome do consumidor junto ao protesto, fica certo que esse registro se mostra indevido e, por conseguinte, gera o dever de indenizar, que é presumido.

Segundo orientação do STJ, cabe ao Tribunal rever o valor de indenização por danos morais fixados pela instância ordinária quando este se mostrar irrisório ou exorbitante, o que não é o caso dos autos.

Mantém-se a verba honorária fixada na sentença quando a complexidade da causa não implicar na necessidade de fixação em patamar superior.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos, a fim de se corrigir o erro material cometido. Adotou-se a seguinte ementa (fls. 520/521, e-STJ):

Embargos de declaração. Erro material interpretativo. Correção. Embargos acolhidos. Acolhem-se os embargos de declaração para correção de erro material interpretativo.

Em suas razões, a recorrente alega violação aos arts. 5º, LV, da

Constituição Federal; 186 e 944 do Código Civil.

Afirma que os danos morais não foram comprovados, razão pela qual a referida compensação deve ser afastada. Pede, subsidiariamente, a redução do valor da condenação. Argumenta que o montante deferido foi desproporcional à realidade das partes envolvidas, tendo gerado vantagem excessiva à vítima.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 544/552, e-STJ.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 558/559, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568 desta Corte dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

Destaca-se, inicialmente, que não compete a esta Corte Superior a análise de violação a dispositivo constitucional, sob pena de usurpação da competência atribuída exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXAME VIA APELO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. READEQUAÇÃO DE BENEFÍCIO. REVISÃO. TETOS DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/03. QUESTÃO DIRIMIDA SOB ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. ANÁLISE VEDADA. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. ALÍNEA 'C'. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. O exame da violação de dispositivo constitucional (art. 5º, II, da Constituição Federal) é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal.

(...)

5. Recurso Especial não conhecido"

(STJ, REsp 1.672.259/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 30/6/2017)

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, concluiu que a anotação

indevida do nome do consumidor nos cadastros de inadimplência gera dano moral presumido, como se depreende dos seguintes excertos (fl. 483, e-STJ):

O recorrente Sidney Miguel Lima ingressou com a ação visando a declaração de inexistência da relação jurídica e do débito bem como a condenação do Banco Itaú Veículos S/A e da Autovema Veículos LTDA ao pagamento de indenização por danos morais por ter seu nome incluído indevidamente incluído em dívida ativa e protestado por débito de IPVA inexistente, porque não contratou com as empresas, tampouco autorizou outra pessoa a contratar em seu nome.

A perícia grafotécnica (fls. 308/322, 323/328) aponta que as assinaturas apostas no contrato de financiamento n.736139270, em 24/10/2005, documentos apresentados em defesa por Autovema e Banco Itaú não são do punho do recorrente Sidney Miguel Lima, sendo, portanto, falsas.

Portanto, inexistente a relação jurídica entre as partes, capaz de justificar a negativação do nome do recorrente, o que configura a falha na prestação do serviço que impõe o dever de reparar o dano moral suportado pelo recorrente.

A jurisprudência pátria já consolidou o entendimento de que a anotação indevida no nome do consumidor por débito inexistente gera dano moral presumido, de modo que não se trata de mero aborrecimento e é dispensável a prova, eis que o dano se consolida pela anotação.

Decidiu-se, assim, em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual “o dano moral, oriundo de inscrição ou manutenção indevida em cadastro de inadimplentes, prescinde de prova, configurando-se *in re ipsa*, visto que é presumido e decorre da própria ilicitude do fato (AgInt no AREsp 1501927/GO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 9/12/2019).

A propósito, cito os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ILEGALIDADE DA INSCRIÇÃO EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL IN RE IPSA. SÚMULA N.

83/STJ. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DO QUANTUM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. É entendimento pacífico desta Corte que o dano moral sofrido em virtude de indevida negativação do nome se configura *in re ipsa*, isto é, prescinde de prova. Incidência da Súmula n. 83/STJ.

2. A análise da insurgência contra o valor arbitrado a título de indenização por danos morais esbarra na vedação prevista na Súmula n. 7/STJ. Apenas em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a quantia fixada, é possível sua revisão por esta Corte, situação não verificada no caso dos autos.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 521.400/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/9/2014, DJe 25/9/2014)

Civil e processual civil. Recurso especial. Omissão. Inexistência. Danos morais. Não renovação do cheque especial. Ausência de prova. Protesto indevido. Negativação. Pessoa jurídica. Dano *in re ipsa*. Presunção. Desnecessidade de prova. Quantum indenizatório. Exagero. Afastamento de um dos motivos de sua fixação. Redução.

- Para o Tribunal de origem, o envio do título a protesto de forma indevida gerou presunção de dano moral, o que tornou desnecessária a análise dos pontos questionados em embargos declaratórios;

- A não renovação do contrato de cheque especial não pode ser imputada ao protesto indevido promovido pela recorrente. Fato não comprovado nos autos;

- Nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura *in re ipsa*, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica. Precedentes;

- Os valores arbitrados a título de danos morais somente comportam modificação pelo STJ quando fixados de modo irrisório ou exagerado;

- Na espécie, o valor mostra-se exagerado, em especial pelo afastamento da indenização pela não renovação do contrato de cheque especial.

Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, parcialmente provido.

(REsp 1059663/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/12/2008, DJe 17/12/2008)

Incide, no ponto, o óbice da Súmula 83/STJ.

A compensação por danos morais foi fixada em R\$ 9.540,00 (nove mil, quinhentos e quarenta reais), como se verifica da leitura da sentença e, também, do acórdão recorrido (fls. 345 e 484, e-STJ):

Tendo como base as circunstâncias em que se deu a negativação, a capacidade financeira das partes, os reflexos do dano na esfera íntima do ofendido e os precedentes do Tribunal de Justiça de Rondônia acerca do tema, tem-se que o valor indenizatório deve ser fixado no patamar de R\$ 9.540,00 (nove mil, quinhentos e quarenta reais).

(...)

Quanto a quantificação do valor da indenização, nos termos do artigo 944 do Código Civil, a indenização mede-se pela extensão do dano, ressaltando-se, ainda, que se deve atender a um juízo razoabilidade e proporcionalidade.

Discorrendo sobre o tema, Caio Mário da Silva Pereira assinala que a indenização deve ser fixada "nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva", (in Instituições de Direito Civil, 8ª ed., Rio, Forense, 1986, vol. II, nº 176, pág. 67).

Outrossim, a respeito do pedido de revisão do valor da compensação por danos morais, jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que a modificação do valor fixado somente é permitida quando a quantia estipulada for irrisória ou exagerada (STJ, Ag. Inst. n. 1.299.599/MS, Rel. Min. Nancy Andrighi, decisão monocrática publicada em 16/06/2010).

Considerando os elementos que instruem os autos, e nos parâmetros utilizados por esta Câmara, que entende como razoável a fixada de indenização por danos morais em casos similares, no patamar de cinco a dez mil reais, quando se trata de grande empresa ou instituições financeiras, tenho que o valor arbitrado pelo juízo de primeiro grau atende as peculiaridades do caso, uma vez que adequado à extensão dos danos, mostrando-se proporcional e razoável.

Ressalto não prosperar a pretensão de redução do valor dos danos morais.

Com efeito, de acordo com a jurisprudência do STJ, em regra, não cabe, em recurso especial, a revisão do montante dessa espécie de compensação, por conta do óbice da Súmula 7/STJ, que veda o reexame de provas. Apenas em casos excepcionais,

quando identificada a estipulação de valores exagerados ou irrisórios, incompatíveis com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, é possível tal revisão.

Assim:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. PEDIDO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO QUE SE ADMITE TÃO SOMENTE NOS CASOS EM QUE O VALOR SE APRESENTAR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O entendimento deste Sodalício é pacífico no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nem é exorbitante nem desproporcional às peculiaridades do caso concreto, em que o dano moral decorreu da inscrição indevida do nome da parte ora agravada em cadastro de inadimplentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 681.942/SC, Relator o Ministro Raul Araújo, DJe de 15/9/2015).

No caso, em que a compensação foi fixada em R\$ 9.540,00 (nove mil, quinhentos e quarenta reais), entendo bem observados os padrões de razoabilidade e proporcionalidade, não se configurando situação cuja excepcionalidade justifique a intervenção do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora